


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014, bem como o Relatório dos Auditores Independentes. São Paulo, 20 de agosto de 2015. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
Circulante	5.297.164	4.099.844	Circulante	5.059.654	3.561.212
Disponibilidades	37.897	23.135	Depósitos	967.113	709.456
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.230.000	1.212.594	Depósitos à vista	1.100	2.309
Aplicações no mercado aberto	1.230.000	589.998	Depósitos interfinanceiros	304.169	253.151
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	204.235	Depósitos a prazo	661.844	453.996
Aplicações em moeda estrangeira	-	418.361	Captações no mercado aberto	47.156	167.321
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	865.696	472.975	Carteira própria	156	122
Carteira própria	373.744	225.549	Carteira de terceiros	47.000	167.199
Vinculados a compromissos de recompra	158	123	Recursos de aceites e emissão de títulos	4.466	13.062
Vinculados à prestação de garantias	252.755	231.725	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de créditos e similares	4.466	13.062
Instrumentos financeiros derivativos	239.039	15.578	Relações interdependências	7.325	692
Relações interfinanceiras	3.070	2.439	Recursos em trânsito de terceiros	7.325	692
Créditos vinculados:			Obrigações por empréstimos	2.460.535	2.189.823
Depósitos no Banco Central do Brasil	2.962	2.395	Empréstimos no exterior	2.460.535	2.189.823
Correspondentes	108	44	Instrumentos financeiros derivativos	39.103	67.902
Operações de crédito	116.718	160.622	Instrumentos financeiros derivativos	39.103	67.902
Operações de crédito - setor privado	116.718	160.728	Outras obrigações	1.533.956	412.956
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	-	(106)	Carteira de câmbio	1.522.422	398.657
Outros créditos	3.043.493	2.227.647	Fiscais e previdenciárias	3.547	7.837
Carteira de câmbio	3.016.545	2.214.140	Negociação e intermediação de valores	55	44
Rendas a receber	358	27	Diversas	7.932	6.418
Negociação e intermediação de valores	3.649	873	Exigível a longo prazo	1.280.707	404.592
Diversos	23.417	12.607	Depósitos	124.705	345.719
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (-)	(476)	-	Depósitos a prazo	124.705	345.719
Outros valores e bens	290	432	Obrigações por empréstimos	1.058.945	-
Outros valores e bens	-	5	Empréstimos no exterior	1.058.945	-
Despesas antecipadas	290	427	Instrumentos financeiros derivativos	31.426	1.613
Realizável a longo prazo	1.632.329	439.150	Instrumentos financeiros derivativos	31.426	1.613
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.932	106.790	Outras obrigações	65.631	57.260
Carteira própria	-	106.339	Fiscais e previdenciárias	60.084	53.813
Instrumentos financeiros derivativos	12.932	451	Diversas	5.547	3.447
Operações de crédito	592.555	190.387	Resultados de exercícios futuros	1.238	607
Operações de crédito - setor privado	592.555	190.387	Resultados de exercícios futuros	1.238	607
Outros créditos	1.026.842	141.973	Patrimônio líquido	590.336	575.180
Carteira de câmbio	903.254	-	Capital:		
Diversos	123.588	141.973	De domiciliados no exterior	350.492	350.492
Permanente	2.442	2.597	Reserva de capital	1.938	1.337
Investimentos	249	249	Reserva de lucros	211.890	209.611
Outros investimentos	249	249	Lucros acumulados	26.016	13.740
Imobilizado de uso	2.097	2.221			
Outras imobilizações de uso	11.650	11.179			
(-) Depreciações acumuladas	(9.553)	(8.958)			
Intangível	96	127			
Ativos intangíveis	344	284			
(-) Amortização acumulada	(248)	(157)			
Total do ativo	6.931.935	4.541.591	Total do passivo	6.931.935	4.541.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

Eventos	Capital social		Reserva de lucros		Ajuste ao valor de mercado - TVMs e derivativos	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva de capital	Legal	Estatutária			
Saldos em 31 de dezembro de 2013	350.492	1.286	30.584	178.304	(29)	-	560.637
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	14.463	14.463
Ajuste ao valor de mercado - TVMs e derivativos	-	-	-	-	29	-	29
Reserva legal	-	-	723	-	-	(723)	-
Outras reservas	-	51	-	-	-	-	51
Saldos em 30 de junho de 2014	350.492	1.337	31.307	178.304	-	13.740	575.180
Saldos em 31 de dezembro de 2014	350.492	1.699	32.217	181.318	-	-	565.726
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	27.385	27.385
Reserva legal	-	-	1.369	-	-	(1.369)	-
Reserva estatutária	-	-	-	(3.014)	-	-	(3.014)
Outras reservas	-	239	-	-	-	-	239
Saldos em 30 de junho de 2015	350.492	1.938	33.586	178.304	-	26.016	590.336

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)
1 CONTEXTO OPERACIONAL

O ING Bank N.V., (Filial de São Paulo), por meio de autorização outorgada pelo Decreto nº 94.368, de 25 de maio de 1987, opera no Brasil como filial do ING Bank N.V. de Amsterdã, Holanda, o qual possui a totalidade do capital da filial. A Filial está autorizada a praticar operações de banco comercial, inclusive câmbio e custódia de títulos e valores mobiliários.

2 APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas emanadas do Banco Central do Brasil (BACEN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e incluem estimativas contábeis que consideram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências, registradas de acordo com a Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, do BACEN, e a valorização de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Filial revisa as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
a) Caixa e equivalentes de caixa

Consideram-se caixa e equivalentes de caixa as disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo de vencimento igual ou inferior a noventa dias contados da data de sua emissão, cujos recursos podem ser convertidos imediatamente em caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança em seu valor. Em 30 de junho de 2015 e 2014, o caixa e equivalentes de caixa estavam compostos por:

	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa		
Disponibilidades	37.897	23.135
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.230.000	1.212.594
Títulos e valores mobiliários	93.754	-
Total	1.361.651	1.235.729

b) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

c) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos classificados para negociação e os disponíveis para venda são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e os classificados como títulos mantidos até o vencimento são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Os títulos para negociação estão classificados no ativo circulante, independente do prazo de vencimento.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados para negociação são reconhecidos no resultado do período.

Os ajustes para o valor de mercado dos títulos classificados como disponíveis para venda são contabilizados em contrapartida à conta destacada de patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários, sendo transferidos para resultado do período quando da efetiva realização, por meio da venda definitiva dos respectivos títulos e valores mobiliários.

d) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, nos termos da Circular nº 3.082/02, do Banco Central do Brasil, e regulamentações supervenientes.

As transações com instrumentos financeiros derivativos realizadas para atender necessidades de clientes ou em operações por conta própria, que não observam os critérios de proteção estabelecidos na Circular nº 3.082/02 e regulamentações supervenientes, são avaliadas pelo seu valor de mercado e os ganhos e as perdas são reconhecidos diretamente no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições a riscos de moeda, taxa de juros ou para modificar a característica de ativos e passivos financeiros, cujas alterações no seu valor de mercado estejam diretamente correlacionadas com as alterações no valor de mercado dos itens objeto de proteção, desde o início e ao longo da vida do contrato, são classificados de acordo com a sua natureza:

- *Hedge* de risco de mercado - destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Receitas da intermediação financeira	949.738	(48.045)
Operações de crédito	62.389	21.929
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	132.984	110.158
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	199.735	(95.732)
Resultado de operações de câmbio	554.630	(84.400)
Despesas da intermediação financeira	(887.768)	86.834
Operações de captação no mercado	(60.398)	(62.830)
Operações de empréstimos e repasses	(828.506)	149.684
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.136	(20)
Resultado bruto da intermediação financeira	61.970	38.789
Outras receitas/(despesas) operacionais	(15.579)	(14.300)
Receitas de prestação de serviços	8.895	3.122
Despesas de pessoal	(18.664)	(12.407)
Outras despesas administrativas	(11.736)	(12.197)
Despesas tributárias	(4.189)	(2.884)
Outras receitas operacionais	12.423	11.839
Outras despesas operacionais	(2.308)	(1.773)
Resultado operacional	46.391	24.489
Resultado não operacional	-	3
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	46.391	24.492
Imposto de renda e contribuição social	(18.335)	(9.486)
Imposto de renda	(2.468)	(3.405)
Contribuição social	(1.062)	(1.467)
Ativo fiscal diferido	(14.805)	(4.614)
Participação dos empregados nos lucros	(671)	(543)
Lucro líquido do semestre	27.385	14.463

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado do semestre	26.567	14.928
Lucro líquido	27.385	14.463
Depreciações e amortizações	318	365
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.136)	20
Ajustes de avaliação patrimonial	-	29
Outras reservas	-	51
Variação de ativos e obrigações	602.789	(29.789)
Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	133.210	409.198
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	63.929	71.528
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras	265	(1.859)
(Aumento)/Redução em operações de crédito	(158.528)	26.172
(Aumento) em outros créditos	(411.764)	(1.136.655)
Redução em outros valores e bens	83	174
Aumento/(Redução) em depósitos	91.190	(263.825)
Aumento em captações no mercado aberto	46.917	41.816
(Redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	(42.242)	(76.433)
Aumento em obrigações por empréstimos	489.231	773.779
Aumento/(Redução) em relações de interdependências	1.857	(572)
Aumento/(Redução) em resultados de exercícios futuros	186	(133)
Aumento em outras obrigações	388.455	127.021
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades operacionais	629.356	(14.861)
Atividades de investimento		
(Aumento) de imobilizado de uso	(222)	(645)
(Aumento) do intangível	(15)	-
Caixa líquido originado/(aplicado) em atividades de investimento	237	(645)
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	629.119	(15.506)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	732.532	1.251.235
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	1.361.651	1.235.729
Aumento/(Redução) no caixa e equivalentes de caixa	629.119	(15.506)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

de "hedge" e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado do período.

• *Hedge* de fluxo de caixa - destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de "hedge" são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço. Em 30 de junho de 2015 e 2014, a Filial não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados nessa categoria.

e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operação de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, conforme demonstrado na Nota 8.b.

f) Permanente

As participações acionárias, não destinadas à manutenção da Filial, e títulos patrimoniais são demonstrados pelo seu valor de custo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido pela depreciação acumulada. A depreciação do imobilizado é calculada pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens. As taxas de depreciação anuais são: 10% para móveis, utensílios, equipamentos de comunicação, sistema de segurança e instalações; 20% para veículos e 20% para equipamentos de processamento de dados.

g) Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

h) Atualização monetária de direitos e obrigações

Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, foram atualizados até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações foram refletidas no resultado do semestre.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente aos limites fiscais estabelecidos. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro líquido ajustado pelos itens definidos em legislação específica. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social apurados em exercícios anteriores são compensados respeitado o limite de 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social são calculados sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa, em conformidade com o respectivo estudo de realização futura, determinada pela Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

j) Apuração de resultado

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata temporis" para as despesas e receitas de natureza financeira.

k) Remuneração baseada em ações

Conforme CPC 10 (Resolução nº 3.989/11), para transações de pagamentos baseadas em ações liquidadas em instrumento de patrimônio, a Entidade mensurará os bens ou serviços recebidos e o correspondente aumento no patrimônio líquido pelo valor justo.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento e o acompanhamento das exposições aos riscos de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional são efetuados por áreas independentes de forma consolidada, como segue:

• **Risco de mercado** - a área responsável pelo gerenciamento do risco de mercado (MRM) está subordinada a Diretoria responsável pelos riscos do Conglomerado. A possibilidade de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pelo Conglomerado, são gerenciadas através de estrutura que contempla políticas, processos, procedimentos e sistemas necessários, para identificar, mensurar, monitorar e controlar a exposição ao risco de mercado. As exposições decorrentes das flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros são administradas utilizando-se a metodologia do "Value at Risk", aplicação de "Stress Testing" com base em cenários históricos e hipotéticos, limites estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros, com acompanhamento diário das exposições para cada tipo de risco de mercado. Desta forma, a exposição a riscos é mantida de acordo com os limites estabelecidos pela Filial.

• **Risco de crédito** - as exposições a eventuais perdas decorrentes de inadimplência de contrapartes são minimizadas mediante rigoroso controle de processo de aprovação de crédito, considerando a avaliação econômico-financeira da contraparte e das empresas associadas ao seu grupo econômico, as condições do mercado de atuação, ambiente regulatório, reputação dos administradores, bem como limites de crédito estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

• **Risco de liquidez** - as exposições decorrentes de descasamentos de prazos entre ativos e passivos e moedas de liquidação são administradas através da simulação de cenários que consideram os parâmetros de liquidez de mercado e produtos em condições normais e de stress, inclusive para cobertura dos passivos contingenciais, com o objetivo de manter os limites mínimos de liquidez estabelecidos pela Administração da Filial, dentre outros.

• **Risco operacional** - a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência, ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos são gerenciadas através de estrutura criada com essa finalidade, que contempla instrumentos de identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação de riscos operacionais desenvolvidos pela Matriz (Amsterdã - Holanda). A Administração da Filial participa ativamente no processo de implementação e manutenção desta estrutura, estabelecendo regras e mandatos que atribuem deveres e responsabilidades e disseminam a política de risco operacional aos diversos níveis da Filial. Para o cálculo da parcela referente ao risco operacional, definida pela Circular nº 3.640/13 do Banco Central do Brasil, foi adotada a metodologia de Abordagem do Indicador Básico.

• **Gerenciamento de capital** - a Estrutura de gerenciamento é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e com a exposição aos riscos. A Filial possui políticas e processos definidos para realizar o monitoramento e controle do capital, avaliar prospectivamente a necessidade de capital adicional, frente aos riscos e orçamento de capital. O gerenciamento é feito em conjunto para as empresas que compõem o conglomerado financeiro, cuja instituição líder é a Filial.

A área de finanças, com o apoio das áreas de riscos e tesouraria da Filial, é responsável pela preparação e revisão das políticas e da estrutura de gerenciamento de capital. Além disso, é responsável pela apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo (PRM), consolidação das informações provenientes das áreas de riscos, tais como testes de estresse, e preparação dos relatórios gerenciais utilizados pelo Comitê de Ativos e Passivos (ALCO) para monitorar a suficiência de capital.

O ALCO é responsável pela aprovação das políticas e estrutura de gerenciamento de capital. Este se reúne mensalmente e, entre outras atividades, é responsável por analisar se há capital disponível (PR) suficiente, para cobrir as necessidades de capital requerido (PRM), o impacto dos testes de estresse sobre o capital, e o plano de negócios para os próximos três anos. O Comitê é formado pelos membros da Alta Administração da Filial, áreas de Riscos, Tesouraria e Finanças.

Os relatórios das estruturas de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e gerenciamento de capital estão disponíveis na sede da Filial, e as informações requeridas pela Circular nº 3.678/13 do BACEN e a estrutura de gerenciamento do risco de liquidez são divulgadas no site da instituição na internet, no endereço <http://www.ingcb.com/network-offices/americas/brasil>.

5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A carteira de aplicações interfinanceiras de liquidez é composta por operações compromissadas no montante de R\$ 1.230.000 (R\$ 589.998 em 2014) lastreadas em títulos públicos, com vencimento em até três meses a contar da data de aquisição.

6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A composição da carteira de títulos e valores mobiliários, o custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, o valor de

mercado e a segregação por faixas de vencimento estão demonstradas como segue:

Títulos e valores mobiliários	2015				Custo atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	
Carteira própria					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	93.754	-	147.045	240.799	242.912
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	11.682	11.682	11.985
Total carteira própria para negociação	93.754	-	158.727	252.481	254.897
Mantidos até o vencimento					
Debêntures	-	121.263	-	121.263	121.263
Total carteira própria mantida até o vencimento	-	-	-	121.263	121.263
Vinculados à recompra					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	158	158	161
Total vinculados à recompra	-	-	158	158	161
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	21.851	228.607	250.458	257.461
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	2.297	2.297	2.356
Total vinculados à prestação de garantias para negociação	-	21.851	230.904	252.755	259.817

O Banco possui capacidade financeira para manutenção dos títulos classificados como mantidos até o vencimento. A Administração entende que devido ao prazo e características das operações, para os títulos classificados nesta categoria, o valor contábil reflete o valor de mercado.

Títulos e valores mobiliários	2014				Custo atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor de mercado	
Carteira própria					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	211.558	211.558	212.278
Total carteira própria para negociação	-	-	211.558	211.558	212.278
Mantidos até o vencimento					
Debêntures	-	-	106.339	106.339	106.339
Certificado de recebíveis do agronegócio	3.930	10.061	-	13.991	13.991
Total carteira própria mantida até o vencimento	3.930	10.061	106.339	120.330	120.330
Vinculados à recompra					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	123	-	-	123	124
Total vinculados à recompra	123	-	-	123	124
Vinculados à prestação de garantias					
Para negociação					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	47.540	163.870	211.411	182.920
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	20.314	20.314	20.451
Total vinculados à prestação de garantias para negociação	-	47.540	184.184	231.725	203.371

O valor de mercado representa o fluxo de caixa futuro trazido a valor presente pelas taxas calculadas a partir da estrutura a termo das taxas de juros estimadas pela ANBIMA ou agentes de mercado, se necessário. Os títulos públicos federais encontram-se custodiados em conta própria do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). As Debêntures estão custodiadas na CETIP S.A. - Mercados Organizados.

7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As operações com instrumentos financeiros derivativos são registradas em contas patrimoniais ou de compensação e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Filial a riscos de mercado, decorrentes de flutuações nas taxas de juros, câmbio e preços de ativos financeiros, ou atender necessidades de "hedge" de clientes. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições, observam normas emanadas da Administração da Filial, como segue:

• **Hedge** - operações com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção;

• **Negociação** - operações com instrumentos financeiros derivativos utilizados, principalmente, para administrar a exposição de posições proprietárias e atender necessidades de "hedge" de clientes. Os contratos futuros negociados no âmbito da Bolsa de Valores Mercadorias e de Futuros (BM&FBOVESPA), são instrumentos financeiros derivativos mais utilizados em decorrência de sua liquidez e do mecanismo de ajustes diários que minimizam a exposição a riscos de crédito. O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa futuro, considerando as taxas divulgadas pela ANBIMA, BM&FBOVESPA ou agente de mercado, quando necessário.

Os valores de custo, mercado, e por faixa de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais, estão demonstrados a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos	2015				Custo atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	
Ativo - Negociação					
Swaps					
Moeda estrangeira	-	-	6.753	6.753	748
Mercado a termo					
Moeda estrangeira	124.418	114.621	6.179	245.218	238.340
Totais por faixa de vencimento em 2015	124.418	114.621	12.932	251.971	239.088
Totais por faixa de vencimento em 2014	4.077	11.501	451	16.029	13.532

Instrumentos financeiros derivativos	2015				Custo atualizado
	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Valor contábil/mercado	
Passivo - Negociação					
Swaps					
Moeda estrangeira	-	(8.368)	(31.097)	(39.465)	(29.038)
Mercado a termo					
Moeda estrangeira	(13.635)	(17.100)	(329)	(31.064)	(35.482)
Totais por faixa de vencimento em 2015	(13.635)	(25.468)	(31.426)	(70.529)	(64.520)
Totais por faixa de vencimento em 2014	(47.678)	(20.224)	(1.613)	(69.515)	(70.563)

As operações com instrumentos financeiros derivativos estão registradas na BM&FBOVESPA ou na CETIP S.A. - Mercados Organizados, e cujos valores referenciais são contabilizados em contas de compensação, como segue:

Negociação	2015				Custo atualizado
	Futuros	Termo	Swap	Total	
Moeda estrangeira	3.265.954	5.853.944	1.206.707	8.211.461	
Taxa de juros	3.381.001	-	-	5.482.354	
Hedge - risco de mercado					
Taxa de juros	122.355	-	-	122.355	
Total em 2015	6.769.310	5.853.944	1.206.707	13.816.170	
Total em 2014	5.178.239	1.764.029	804.576	7.746.844	

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, realizadas junto à BM&FBOVESPA, foram requeridas margens no valor de R\$ 252.755 (R\$ 231.725 em 2014), garantidas mediante a vinculação de títulos públicos.

Os valores líquidos dos ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas de resultado no semestre estão demonstrados a seguir:

Contratos	2015	2014
Futuros	(37.574)	41.658
Swaps	(48.159)	5.933
Termo	285.468	(143.323)
Total	199.735	(95.732)

8 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a carteira de operações de crédito, passíveis de classificação por nível de risco de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do Conselho Monetário Nacional (CMN), tem a seguinte composição:

a) Setor de atividade

Operações de crédito	2015		2014	
	Setor privado	Setor público	Setor privado	Setor público
Indústria	319.691	53.381	206.856	82.875
Comércio	206.856	82.875	182.688	214.853
Outros serviços	182.688	214.853	38	6
Pessoas físicas	38	6	709.273	351.115
Total	709.273	351.115		

Adiantamento sobre contratos de câmbio

Setor privado	2015		2014	
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Total (Nota 9)
Indústria	1.289.285	1.058.866	834.006	741.614
Comércio	834.006	741.614	95.300	68.477
Outros serviços	95.300	68.477	2.218.591	1.868.957
Total (Nota 9)	2.218.591	1.868.957		

b) Nível de risco

Nível de risco	Valor da provisão		Valor da carteira	
	2015	2014	2015	2014
AA	-	-	2.832.634	2.198.772
A	0,5%	476	0,5%	106
Total	476	106	2.927.864	2.220.072

c) Vencimento

Vencimento	2015		2014	
	A vencer até 90 dias	A vencer de 91 a 360 dias	A vencer acima de 360 dias	Total
A vencer até 90 dias	803.973	1.812.832	311.059	2.927.864
A vencer de 91 a 360 dias	1.812.832	1.626.192	2.220.072	
A vencer acima de 360 dias	311.059	212.909		
Total	2.927.864	2.220.072		

d) Movimentação da provisão

Provisão	2015		2014	
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Saldo inicial	2.054	459	(1.595)	918
Constituição	459	(1.595)	(40)	106
Realização	(1.595)	(40)		
Saldo final	918	106		

9 CARTEIRA DE CÂMBIO

Carteira de câmbio	2015		2014	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Ativo				
Câmbio comprado a liquidar	2.221.502	900.256	1.898.127	309.877
Direitos sobre venda de câmbio	778.105	-	-	-
Rendas a receber de adiantamento concedido (Nota 8)	16.938	2.998	6.136	-
Total	3.016.545	903.254	2.214.140	-
Passivo				
Câmbio vendido a liquidar	739.677	-	308.870	-
Obrigações por compra de câmbio	2.091.392	890.009	1.952.608	-
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 8)	(1.308.646)	(890.009)	(1.862.821)	-
Total	1.522.422	-	398.657	-

10 OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Créditos diversos	2015		2014	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Créditos tributários - impostos e contribuições (Nota 19)	4.430	7.298	5.813	14.905
Impostos a compensar	10.294	5.935	5.816	20.976
Depósitos judiciais (Nota 16.d)	-	99.077	-	95.128
Adiantamentos a funcionários e terceiros	317	26	379	25
Títulos e créditos a receber	-	11.252	-	10.939
Devedores diversos país	8.376	-	599	-
Total	23.417	123.588	12.607	141.973

11 DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As captações em depósitos interfinanceiros e depósitos a prazo são efetuadas a taxas de mercado. Seus vencimentos estão assim distribuídos:

Depósitos	2015				Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	
Depósito à vista	1.100	-	-	-	1.100



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 DE JUNHO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)

12 RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Em 30 de junho de 2015, são compostos por Letras de Crédito do Agronegócio no valor de R\$ 4.466 (R\$ 13.062 em 2014) com vencimentos em até três meses e remuneradas a taxas vinculadas ao CDI.

13 OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES DO EXTERIOR

Empréstimos no exterior correspondem basicamente a recursos captados através de linha de crédito exportação, no montante de US\$ 814.917 (US\$ 821.802 em 2014) que representa R\$ 2.542.381 (R\$ 1.812.858 em 2014), a taxa de juros de até 4,68% a.a., e vencimentos até janeiro de 2017 e linha de crédito tomada com a matriz no montante de US\$ 315.000 (US\$ 171.200 em 2014) que representa R\$ 977.099 (R\$ 376.965 em 2014) com vencimentos até julho de 2015.

14 OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Obrigações fiscais e previdenciárias	2015		2014	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Impostos e contribuições a recolher	1.058	-	2.054	-
Imposto de renda e contribuição social	2.489	-	4.871	-
Provisão para riscos fiscais (Nota 16.c)	-	60.084	-	53.290
Impostos e contribuições diferidos	-	-	912	523
Total	3.547	60.084	7.837	53.813

15 OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

Obrigações diversas	2015		2014	
	Circulante	Longo prazo	Circulante	Longo prazo
Provisão para despesas de pessoal	2.696	2.568	2.330	1.747
Provisão para contingências (Nota 16.b)	-	2.439	-	545
Diversos	5.236	540	4.088	1.155
Total	7.932	5.547	6.418	3.447

16 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: em 30 de junho de 2015 e 2014, não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes: a Filial possui processos administrativos e judiciais, de natureza tributária, trabalhista e cível, movidos por ex-funcionários e órgãos reguladores e a provisão para contingência é constituída com base na avaliação de assessores legais externos, que levam em consideração a probabilidade de desembolso de recursos financeiros para a liquidação dessas obrigações. Em 30 de junho de 2015 e 2014, as provisões constituídas são consideradas suficientes para atender a eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis ao final desses processos.

	31/12/2014		30/06/2015	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Trabalhistas	579	1.860	-	2.439
Total	579	1.860	-	2.439

Totais passivos contingentes 1.121 56 (632) 545

b.1) Passivos contingentes classificados como perda possível e sem provisão: a Filial possui processos administrativos e judiciais de natureza tributária cuja probabilidade de perda é avaliada como possível pela administração e assessores legais externos e para as quais não foram constituídas provisões. Dentre esses processos, relacionamos os mais relevantes:

- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de COFINS, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de hedge, no valor atualizado de R\$ 18.811 (R\$ 18.102 em 2014). Foi apresentada impugnação na DRJ, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. que substituíram os títulos patrimoniais, quando do processo de desmutualização, no valor atualizado de R\$ 18.636 (R\$ 17.811 em 2014). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.
- Auto de Infração que tem como objeto a exigência de imposto de renda e contribuição Social, em virtude de deduções supostamente indevidas de despesas de gratificações e participações nos lucros e resultados, no valor atualizado de R\$ 7.784 (R\$ 7.443 em 2014). Foi apresentado recurso voluntário no CARF, ainda pendente de julgamento.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Filial possui outros processos com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 20.500 (R\$ 18 milhões em 2014).

c) Obrigações legais: representadas, basicamente, por exigíveis relativos às obrigações de natureza tributária relacionados à contribuição social, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão e classificadas na rubrica "Provisão para Riscos Fiscais" (Nota 14). As principais obrigações referem-se à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante R\$ 22.535 (R\$ 21.435 em 2014), processos vinculados à Anistia no montante de R\$ 14.202 (R\$ 13.251 em 2014) e PIS e COFINS contingencial no montante de R\$ 18.323 (R\$ 14.386 em 2014). Todos os processos citados possuem depósitos judiciais.

d) Depósitos judiciais: correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária descritas no item anterior. Os principais valores depositados estão relacionados à dedução da despesa de contribuição social da base de cálculo do imposto de renda no montante de R\$ 29.229 (R\$ 27.650 em 2014), diferença de alíquotas de CSLL no montante de R\$ 19.697 (R\$ 16.583 em 2014), depósitos vinculados à Anistia R\$ 18.424 (R\$ 17.473 em 2014), depósito referente à discussão sobre ampliação da base do PIS e COFINS R\$ 18.695 (R\$ 13.914 em 2014), e depósito judicial referente à compensação dos prejuízos apurados nos exercícios de 1989 até 1991, no montante de R\$ 4.569 (R\$ 4.198 em 2014). O saldo remanescente de R\$ 8.463 (R\$ 7.539 em 2014) é composto, basicamente, por depósitos administrativos para interposição de recursos fiscais e depósitos trabalhistas.

17 OPERAÇÕES VINCULADAS

As operações ativas amparadas pela Resolução BACEN nº 2.921/02 e normas posteriores estão assim representadas:

Descrição	2015		2014	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativos vinculados	2.112.358	-	1.360.572	-
Empréstimos do exterior	-	2.106.290	-	1.360.018
Total	(12.764)	(12.764)	(2.503)	(2.503)

18 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Filial corresponde a R\$ 350.492, referente a investimentos da Matriz, acréscido de lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital. A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos cotistas em atos societários pertinentes. Conforme Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 27 de janeiro de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos adicionais relativos ao lucro remanescente do exercício de 2014, cuja remessa foi efetuada em 30 de janeiro de 2015 no valor de R\$ 3.014.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Filial mantém créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL cujo montante corresponde a R\$ 11.728 (R\$ 20.342 em 2014).

As movimentações de créditos e obrigações tributárias diferidas ocorridas no semestre findo em 30 de junho de 2015 estão demonstradas a seguir:

Créditos tributários diferidos	31/12/2014		30/06/2015	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Contribuição social - art. 18 da MP 2.158-35	376	-	(376)	-
Outras provisões temporárias	22.700	-	(14.350)	8.350
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	3.833	-	(455)	3.378
Total	26.909	-	(15.181)	11.728

Créditos tributários diferidos	31/12/2013		30/06/2014	
	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Contribuição social - art. 18 da MP 2.158-35	376	-	-	376
Outras provisões temporárias	24.119	2.838	(10.637)	16.320
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	4.650	360	(988)	4.022
Outras provisões temporárias (passivas)	(5.248)	(3.254)	7.067	(1.435)
Total	23.897	(56)	(4.558)	19.283

O estudo da realização do crédito tributário diferido em 30 de junho de 2015, está demonstrado a seguir:

Realização do crédito tributário	2015
Ano-calendário 2014	3.078
Ano-calendário 2015	1.919
Ano-calendário 2016	482
Ano-calendário 2017	482
Ano-calendário 2018	5.767
Imposto de renda e contribuição social diferido	11.728

Em 30 de junho de 2015, o valor presente dos créditos tributários é de R\$ 8.595 (R\$ 14.476 em 2014), calculado com base na taxa média do CDI previsto para os respectivos períodos.

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente	46.391	46.391	24.492	24.492
Resultado antes dos impostos e participações (-) Participações nos resultados	(671)	(671)	(543)	(543)
Resultado antes dos impostos ajustado	45.720	45.720	23.949	23.949
Adições ou exclusões temporárias	(38.522)	(38.522)	(9.913)	(9.913)
Adições ou exclusões permanentes	(32)	(32)	(71)	(71)
Compensação prejuízo fiscal/base negativa	-	(2.150)	-	(4.189)
Base tributável	7.166	5.016	13.965	9.776
IR (alíquota de 15%) e CS (alíquota 2009 - 15%)	(1.075)	(752)	(2.095)	(1.467)
Adicional de IR (alíquota de 10%)	(705)	-	(1.384)	-
Redução de imposto por incentivos	43	-	74	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.737)	(752)	(3.405)	(1.467)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	(731)	(310)	-	-
Imposto de renda e contribuição social corrente	(2.468)	(1.062)	(3.405)	(1.467)
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	-	-
Resultado da marcação a mercado	(22.726)	(22.726)	9.532	9.532

Apuração de imposto de renda e contribuição social	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisões não dedutíveis temporariamente	(6.699)	(6.699)	(12.312)	(12.312)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	(2.150)	-	(4.189)
Outras diferenças temporárias	(9.395)	(9.395)	(7.184)	(7.184)
Base tributável diferida	(38.820)	(40.970)	(9.964)	(14.153)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(9.705)	(6.278)	(2.491)	(2.123)
Ajuste de exercícios anteriores (a)	736	442	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	(8.969)	(5.836)	(2.491)	(2.123)

(a) Ajuste referente a Futuros DDI do exercício de 2014.

20 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações efetuadas com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos estão demonstrados como segue:

Ativo (passivo)	2015		2014	
	Adições	Reversões	Adições	Reversões
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	418.361
Depósitos à vista	(1.100)	-	(1.100)	(2.309)
Depósitos interfinanceiros	(253.513)	-	(253.513)	(253.151)
Depósitos a prazo	(9.087)	-	(9.087)	(210)
Obrigações por operações compromissadas	(156)	-	(156)	(122)
Empréstimos no exterior	(2.481.310)	-	(2.481.310)	(1.347.128)
Outras obrigações - câmbio	(977.099)	-	(977.099)	(376.965)
Receitas (despesas)	-	-	-	-
Outras receitas operacionais	-	6.868	-	6.218
Despesas de depósitos a prazo	-	(11)	-	(20)
Despesas de operações compromissadas	-	-	-	(14)
Despesas com depósitos interfinanceiros	-	(14.408)	-	(12.111)
Resultado de empréstimos no exterior	-	(828.506)	-	53.476
Resultado obrigações com banqueiros exterior	-	(7.607)	-	(1.707)

As mencionadas operações foram realizadas, basicamente, com ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A., ING Capital Markets LLC e ING Bank N.V. Amsterdã, em conformidade com a Resolução nº 3.750/09 do BACEN. A remuneração total do pessoal-chave da Administração para o semestre findo em 30 de junho de 2015 foi de R\$ 1.795 (R\$ 1.570 em 2014) de remuneração fixa, e de R\$ 1.868 (R\$ 1.637 em 2014) de remuneração variável, consideradas como benefício de curto prazo.

a) Remuneração baseada em ações

O ING Bank N.V. (Filial de São Paulo), participa de um programa global de remuneração de longo prazo "Long-Term Sustainable Performance Plan", patrocinado pelo ING Group N.V. de Amsterdã. Este Programa está vinculado às condições de desempenho individual e corporativo, sendo que a forma de outorga das ações seguem as regras de período de aquisição de direito (vesting period), que ocorrem em tranches de 1/3 pelos próximos três anos da data da outorga, regra estabelecida e terá validade enquanto houver vínculo societário do funcionário com a entidade local.

No vesting date os participantes poderão optar por ficar com as ações, vender a totalidade ou ficar com parte das ações. A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio de ações é mensurado com base no valor justo na data da outorga do prêmio.

A Filial registrou despesas no valor de R\$ 239 (R\$ 51 em 2014), tendo como contrapartida à conta de "Reserva de capital".

21 INFORMAÇÕES ADICIONAIS

a) As garantias prestadas no País somam o montante de R\$ 592.384 (R\$ 284.686 em 2014).

b) A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2015, o valor do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) correspondia a 26,34% do valor do patrimônio de referência ajustado (33,81% em 2014).

c) A Filial patrocina a complementação de aposentadoria de seus empregados através de um Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), estruturado no regime financeiro de capitalização e na modalidade de contribuição definida. As despesas com contribuições efetuadas pela Filial durante o semestre findo em 30 de junho de 2015 totalizaram R\$ 309 (R\$ 233 em 2014).

d) Outras despesas administrativas correspondem substancialmente a despesas de processamento de dados R\$ 2.590 (R\$ 2.962 em 2014), serviços do sistema financeiro nacional R\$ 1.165 (R\$ 642 em 2014), alugueis R\$ 1.734 (R\$ 1.648 em 2014), serviços técnicos especializados R\$ 1.470 (R\$ 1.490 em 2014), serviços de terceiros R\$ 1.206 (R\$ 1.171 em 2014), despesas com comunicação R\$ 544 (R\$ 516 em 2014) e despesa com manutenção e conservação R\$ 683 (R\$ 838 em 2014).

e) Outras receitas operacionais correspondem substancialmente à recuperação de encargos e despesas administrativas R\$ 6.868 (R\$ 6.382 em 2014), reversão de provisão de gratificação R\$ 927 (R\$ 602 em 2014) e atualização de depósitos judiciais R\$ 3.565 (R\$ 2.854 em 2014).

f) Outras despesas operacionais correspondem basicamente a atualizações de riscos fiscais R\$ 2.032 (R\$ 1.539 em 2014).

g) Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de setembro de 2015. O ING aguardará a conversão da MP 675/15 em Lei para uma análise mais profunda e conclusiva, uma vez que possíveis emendas da MP podem ser propostas pelo Congresso Nacional.

A DIRETORIA

RICARDO EUJI OTANI - CONTADOR CRC-1SP221880/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Srs. Administradores do
ING Bank N.V. (Filial de São Paulo)
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis

feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Bank N.V. (Filial de São Paulo) em 30 de junho de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 20 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Flávio Serpejante Peppe Contador
CRC-1SP172167/O-6
Kátia Sayuri Teraoka Kam Contador
CRC-1SP272354/O-1